



LisAction

Relatório de Progresso

Dezembro 2003



União
Europeia
FEDER



Comissão de Coordenação
da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Índice

1	Sumário Executivo	3
2	Desenvolvimento do Programa comparando com a descrição original	7
	2.1. Objectivos	7
	2.2. Duração	8
	2.3. Parcerias	8
	2.4. Desenvolvimento da Estratégia	10
	2.5. Desenvolvimento das Acções Individuais	11
	2.6. Implementação Financeira	15
	2.7. Acompanhamento e Avaliação	16
	2.8. Publicidade/ Divulgação	17
	2.9. Plano Financeiro	18
3	Identificação e disseminação de boas práticas	19

Anexos

1. Sumário Executivo

O Lisaction, Programa Regional de Acções Inovadoras de Lisboa e Vale do Tejo, aprovado pela Comissão Europeia para o período 2002-2003, encontra-se, neste momento, em fase de execução dos projectos aprovados.

De acordo com o calendário inicialmente previsto, o programa terminou no final de 2003, tendo sido comprometido na totalidade em Dezembro de 2003; 2004 será o ano de encerramento do Programa. Com o objectivo de cumprir rigorosamente este calendário, o Comité de Direcção do Programa impôs como data limite para a execução dos projectos Setembro de 2004, por forma a ser possível apresentar o Relatório Final do Programa à Comissão Europeia até Dezembro deste ano. Subjacente a este calendário está a data limite de apresentação de candidaturas a um PRAI 2 à Comissão Europeia: Maio de 2005, já que esta possibilidade pressupõe a sua avaliação positiva do Programa agora em curso.

O Lisaction foi desenhado a partir do Listart, o exercício RITTS que esta Região levou a cabo entre 1997 e 2000, e que coincidiu temporalmente com a definição de um Plano Estratégico para a Região no horizonte 2000-2010, que consagrou a inovação tecnológica com um dos principais motores de progresso e desenvolvimento da RLVT. Estes foram processos bastante participados pelos agentes da região, no âmbito dos quais foi possível fazer o diagnóstico prospectivo da Região nos domínios da inovação e desenvolvimento tecnológico e dos quais resultou a identificação de um conjunto de acções prioritárias a levar a cabo por forma a aumentar o nível de coesão intra-regional nestes domínios, por um lado, e o desenvolvimento e aumento de competitividade, por outro. Assim, definiram-se como objectivos prioritários (que se traduziram nos critérios de avaliação dos projectos) a discriminação positiva das sub-regiões mais desfavorecidas (Oeste, Vale do Tejo, Península de Setúbal), a promoção da constituição de parcerias público-privadas e a complementaridade dos projectos a apoiar no âmbito do Lisaction com outras iniciativas, designadamente as intervenções sectoriais e regionais de maior dimensão do QCAIII (para além do carácter inovador dos projectos, fundamental para justificar o seu apoio neste Programa).

Apesar de em Lisboa e Vale do Tejo (região NUT 2) se registar a maior concentração de agentes do sistema de inovação e, por esta razão, os indicadores de C&T da região serem, no contexto nacional, bastante positivos, tais resultados ficam a dever-se à sub-região da Grande Lisboa; por outro lado, os indicadores relativos a transferência de tecnologia, capacidade de inovação e comercialização de novos produtos, registo de patentes e apoio efectivos das infra-estruturas tecnológicas locais às empresas, não são tão animadores. Foi definido como objectivo central do Programa 'promover a inovação tecnológica na Região, melhorando o funcionamento do seu sistema regional de inovação', através do reforço da ligação entre o sistema de I&D e o sistema produtivo, sobretudo nas fileiras estratégicas regionais. Neste contexto, a promoção de parcerias, designadamente público-privadas, assumia especial importância e foi, globalmente, uma aposta ganha: os promotores dos projectos são, na maioria, consórcios formados por entidades públicas e privadas ou são entidades elas próprias fruto de tal associação.

Por outro lado, ao abrir o programa a um conjunto relativo vasto de acções conseguiu-se a participação activa e empenhada de uma tipologia mais larga de beneficiários, quer

em projectos quer na gestão e acompanhamento do Programa, o que constitui um sinal claro do seu interesse por um programa com as características dos PRAI, mesmo se a sua dimensão financeira é muito reduzida. De facto, do Comité de Direcção fazem parte representantes dos grupos de beneficiários do Programa (Centros Tecnológicos, Pólos e Parques de C&T, BIC, Associações Empresariais, Municípios, Estabelecimentos de Ensino Superior...) cujo envolvimento tem garantido ao longo do Programa grande cumplicidade com os seus objectivos e, conseqüentemente, partilha dos critérios de exigência que foram impostos. Dos órgãos de gestão do Programa (designadamente do Comité de Direcção) fazem ainda parte (e participam activamente nas suas reuniões) representantes dos Programas Operacionais Sectoriais que, pela sua natureza, podem interagir com o Lisaction (Economia, Ciência e Tecnologia, Sociedade de Informação), e do Interreg, menos para garantir a não sobreposição ou duplicação de financiamento (que, de resto, se pressupõe e se controla em sede própria), e mais para promover a complementaridade das iniciativas. De sublinhar ainda que o Gestor do Lisaction, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, é também o Gestor do Programa Operacional Regional, garantindo deste modo a sua total articulação.

Importa lembrar que Lisboa e Vale do Tejo é uma região em *phasing out*, pelo que foi entendido ser importante integrar este PRAI nessa lógica, razão pela qual a taxa média de cofinanciamento FEDER do Programa é de 61%.

Em 31 de Dezembro de 2003 o Programa estava comprometido na sua totalidade, tendo sido apenas necessário fazer alguns ajustamentos que permitissem acolher, nas Acções adequadas, os projectos que o Comité de Direcção tinha avaliado positivamente em função dos critérios de selecção. Tendo em conta as regras que a Comissão Europeia estabeleceu para as modificações financeiras a efectuar, tais ajustamentos couberam numa 'Modificação Menor', já que se traduziram em alterações entre Acções dentro de um mesmo tema (inovação tecnológica, tema principal do Programa já que corresponde às Acções 1 a 6, e sociedade de informação, Acções 7 a 8) e alteração entre temas inferior a 10% da sua dotação inicial, mantendo inalteradas as dotações consagradas às Medidas de Acompanhamento (Participação em Redes e Assistência Técnica). Deste modo, esta proposta foi aprovada em Comissão de Acompanhamento do Programa (tendo-se recorrido a uma consulta escrita para o efeito) e posteriormente comunicada à Comissão Europeia.

Os 25 projectos aprovados correspondem a um investimento total de 4,7 M€ dos quais 2,9 M€ são cofinanciamento FEDER, sendo a contrapartida financeira nacional assegurada maioritariamente por privados (1,1 M€ nacional) e em menor dimensão por entidades públicas (0,7 M€). Este perfil financeiro é muito próximo do proposto, correspondendo, portanto, a uma taxa média de apoio de 61%.

No ponto 2 será abordada a análise do desenvolvimento do programa relativamente à proposta inicial; neste contexto, pode dizer-se que os projectos aprovados correspondem e constituem uma boa resposta ao desafio colocado pelo Programa e o sucesso relativo da Acção 2 (uma das Acções mais nobres do Programa) e outras, são disso prova. De salientar ainda que, apesar de aquém do inicialmente proposto em termos de volume financeiro e número de projectos, a Acção 4 acolhe projectos que incidem na sub-região do Oeste, uma das mais frágeis do ponto de vista de inovação e desenvolvimento tecnológico (de salientar ainda o facto de alguns projectos mais abrangentes aprovados no âmbito de outras Acções, designadamente da Acção 2, incluírem dimensões que

autonomamente poderiam ser consideradas no âmbito desta Acção 4); por outro lado, com financiamento das Acções 2 e 6 (para diferentes dimensões do projecto) foi possível apoiar um projecto considerado estruturante e estratégico na sub-região do Vale do Tejo: o arranque do funcionamento do TagusValley, o Tecnopólo no Vale do Tejo (sediado em Abrantes, aproveitando as antigas instalações de um complexo industrial desactivado). Houve grande preocupação em apoiar projectos, mesmo nas Acções mais permeáveis a iniciativas menos centradas na ligação dos agentes de produção de conhecimento científico aos ‘utilizadores’, como por exemplo a Acção 1 ou a Acção 8, que garantissem e promovessem esta dimensão considerada fundamental. De sublinhar ainda a aprovação do projecto previsto na Acção 3 e que corresponde a uma iniciativa consensualmente apontada como essencial na Região: promover a identificação e a constituição de uma rede regional de serviços tecnológicos de apoio às empresas (menos um directório das unidades existentes, e mais a identificação de prestação de serviços, efectivos ou potenciais, a colocar ao dispor das empresas da região).

Foram, pois, cumpridos os principais objectivos e metas (também temporais) estabelecidas para o Programa, mesmo se com recurso a pequenos ajustamentos. Tal resultado é particularmente relevante se tivermos presente que este era um Programa extremamente ambicioso: uma taxa de cofinanciamento relativamente baixa, discriminação positiva dos projectos com incidência nas sub-regiões mais desfavorecidas (e onde, portanto, escasseiam os agentes do sistema regional de inovação) e resultado de parcerias público-privadas, uma tipologia de Acções relativamente fechada que mereceu dos agentes regionais uma resposta claramente positiva.

Em 2004 importa concentrar esforços na boa execução do Programa, o que implica grande rigor no acompanhamento e avaliação dos projectos. Esta tarefa incumbe, sobretudo, à Estrutura de Apoio Técnico tendo sido concebido um sistema de informação ‘à medida’ do Programa que será um precioso apoio a esta dimensão do Programa (este sistema de informação é, ele próprio, um projecto piloto no Organismo de Gestão assentando na submissão electrónica dos formulários com os quais os promotores se relacionam com a gestão, e na importação automática dos dados).

A taxa de execução atingia, a 31 de Dezembro de 2003 apenas 20%; contudo é de esperar, com realismo, que ela se eleve a 100% ao longo destes próximos meses, e até ao último trimestre do ano, de acordo com as metas definidas. Para esta situação terão contribuído vários factores: os anos de 2002 e 2003 foram anos de conjuntura económica difícil, a exigência dos critérios do Programa levaram a uma enorme selectividade e a um trabalho prévio intenso com os promotores por forma a garantir a aprovação de projectos que correspondiam aos objectivos do Programa, o que se traduziu na sua aprovação mais tardia. O acompanhamento que tem sido feito do desenvolvimento físico e financeiro dos projectos (que nem sempre é coincidente) permite antecipar que não será difícil garantir a sua execução nos prazos previstos, desde logo porque esse foi um dos aspectos que mereceu especial atenção aquando do trabalho de preparação das candidaturas com os promotores.

O balanço francamente positivo que é possível fazer neste momento (designadamente quanto ao cumprimento dos objectivos e metas definidos) tem um importante significado e constitui estímulo e sólida base de trabalho para a elaboração de uma candidatura a um PRAI2, como já foi referido ser ambição desta Região. O desenho

deste segundo programa beneficiará de toda a experiência do desenvolvimento do Lisaction; é um processo a iniciar em 2004, com grande participação dos agentes regionais que têm manifestado grande interesse nesta possibilidade, no momento em que a Região se prepara para um QCAIV no âmbito do qual as questões da inovação, da qualificação, do conhecimento assumem papel central.

2. Desenvolvimento do Programa (comparando com a descrição original)

2.1. Objectivos

O objectivo central do Programa Regional de Acções Inovadoras de Lisboa e Vale do Tejo, *promover a inovação tecnológica na região, melhorando o funcionamento do seu sistema regional de inovação*, foi traduzido em quatro objectivos específicos, que correspondem aos quatro eixos em torno dos quais o Programa foi organizado: reforçar a ligação entre as actividades regionais de I&D e de geração/transmissão de conhecimento; aumentar os serviços de informação e apoio tecnológico às empresas contribuindo para uma melhor percepção e orientação das empresas para a inovação tecnológica; fomentar a transferência de tecnologia, através da promoção da criação de novas empresas de base tecnológica e reforço dos serviços prestados pelos Parques de C&T da região; sensibilização para as tecnologias e para a sociedade de informação. Os três primeiros eixos correspondem ao tema estratégico *economia regional baseada no conhecimento e na inovação tecnológica*, o quarto eixo ao tema estratégico *e-EuropeRegio: a sociedade da informação ao serviço do desenvolvimento regional*: os dois temas escolhidos para esta Região.

Esta escolha resultou do trabalho prévio desenvolvido no âmbito do exercício RIS/RITTS realizado nesta região, no período 1997-2000, sobre a estratégia regional de inovação de Lisboa e Vale do Tejo, e que coincidiu com a reflexão que definiu o seu Plano Estratégico no horizonte 2000-2010, e que identificou este domínio como um dos motores essenciais para o desenvolvimento e aumento de competitividade da região que inclui a capital do país. Estes dois exercícios, amplamente participados pelos agentes regionais, permitiram definir um conjunto de Acções a desenvolver, que serviram de base à estruturação do PRAI, e estiveram também subjacentes à definição do Programa Operacional Regional neste período de programação: 2000-2006. Importa aqui recordar que esta região se encontra em *phasing out*, aspecto relevante e que tem consequências no nível de apoio previsto no âmbito destes instrumentos de financiamento.

Os diagnósticos prospectivos realizados no âmbito destes trabalhos permitiram ainda apontar como ideias-chave, que foram retidas no Lisaction, a necessidade de discriminar positivamente as sub-regiões mais desfavorecidas de LVT, Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal, de estimular as parcerias, designadamente as parcerias público-privadas, e de fomentar a complementaridade entre os vários instrumentos de financiamento disponíveis (entre este programa e as intervenções operacionais sectoriais e regional, em curso no âmbito do QCAIII).

Estes objectivos foram traduzidos nos critérios de selecção dos projectos, por um lado, e nas formas de gestão adoptadas no programa. De facto, a participação de representantes dos grupos de beneficiários do Programa nos Comités de Direcção e Acompanhamento, bem como de representantes dos Programas Operacionais com os quais poderia haver sinergias com o Lisaction, foram uma forma preciosa de promover parcerias e garantir complementaridades. Por outro lado, os projectos foram seleccionados através de uma grelha de critérios que operacionalizava aquelas ideias-chave (para além da condição

base de se tratar de projectos inovadores), de forma exigente, o que se traduziu numa grande selectividade: foram aprovados 25, de um total de 52 candidaturas formalizadas.

Nem sempre foi fácil encaixar os projectos nas Acções nas quais o programa se estruturou, uma vez que na sua maioria eram projectos abrangentes que poderiam ser 'multi-acções'. Por razões de facilidade de procedimentos, esta solução (que chegou a ser adoptada para o projecto TagusValley) não foi generalizada e os projectos passaram a ser aprovados no âmbito da Acção que correspondia à sua vertente principal. No conjunto, podemos afirmar que os objectivos previstos (incluindo na sua dimensão quantitativa) foram atingidos (e nalguns casos ultrapassados), como se pode confirmar pela Tabela 1 incluída no ponto 2.5.

A aprovação da dotação global do Lisaction a 31 de Dezembro implicou apenas a necessidade de proceder a pequenos ajustamentos entre as dotações das Acções, o que foi feito no quadro de um 'modificação menor' (segundo as regras da Comissão Europeia; ver Anexo I), pelo que podemos afirmar que os objectivos e apostas estratégicas apresentados na candidatura foram cumpridos.

2.2. Duração

O Lisaction foi aprovado para 2002-2003, sendo 2004 ano de conclusão dos projectos e encerramento do Programa. O calendário inicialmente proposto tem sido cumprido e não se prevê qualquer necessidade de alteração.

Este empenhamento no cumprimento dos prazos inicialmente estabelecidos junto da Comissão Europeia prende-se com a ambição da Região de Lisboa e Vale do Tejo em propor um segundo Programa Regional de Acções Inovadoras, ainda no actual período de programação de 2000-2006. Tal só será possível depois de aprovado pela CE o Relatório Final deste primeiro programa, pelo que a gestão tem trabalhado intensivamente neste sentido com os agentes regionais. Foi adoptada pelo Comité de Direcção a decisão de apontar Setembro de 2004 como data limite para a conclusão dos projectos, por forma a ser possível apresentar o Relatório Final do Programa até ao final do ano.

2.3. Parcerias

A importância deste vector foi constante no Programa, desde a sua fase preparatória, à fase de execução e avaliação. O desenho do Programa foi definido na sequência dos dois exercícios, já referidos, de definição de um Plano Estratégico Regional 2000-2010 e de definição de uma Estratégia Regional de Inovação (projecto RIS/RITTS), reflexões que contaram com a participação e envolvimento dos agentes regionais deste domínio.

O desenvolvimento de projectos por consórcios de parceiros foi um dos critérios de selecção usados, sendo particularmente valorizados os projectos que envolviam

parcerias público-privadas. Os 25 projectos aprovados envolvem um total de 70 parceiros, dos quais 60% são privados.

Por outro lado, e como também já referido, do Comité de Direcção fazem parte representantes dos grupos de beneficiários que têm participado empenhadamente na gestão do Programa e são, desta forma, cúmplices e em alguns casos agentes principais da promoção dos seus objectivos.

A Comissão de Acompanhamento, que integra todos os membros do Comité de Direcção, e inclui ainda entidades públicas e privadas relevantes na Região, é considerado um fórum privilegiado de discussão. Num programa ambicioso como o Lisaction, o envolvimento dos parceiros e a tomada de consciência do seu estado de desenvolvimento, a partilha de uma visão de conjunto e a participação na definição de metas são elementos fundamentais para o seu sucesso e para que os seus objectivos possam ser alcançados.

Destes órgãos (Comité de Direcção e de Acompanhamento) fazem ainda parte os Gestores das Intervenções Operacionais Sectoriais com os quais o Lisaction tem mais afinidades (Programas Operacionais de Ciência e Tecnologia, da Sociedade de Informação, da Economia,), garantindo a avaliação dos projectos também em função da sua complementaridade com projectos aprovados ou a aprovar no âmbito destes Programas de maior dimensão e duração. Como evidência disto mesmo, e sem preocupações de exaustividade, podem apontar-se os seguintes exemplos concretos:

- O projecto “TagusValley”, resultado da parceria entre a Associação Empresarial da Região de Santarém e da Câmara Municipal de Abrantes e conta ainda com o apoio de outras entidades locais (2 escolas superiores, o Laboratório Inter-Municipal de Águas (CEGAT) e empresas, apoia as actividades de lançamento do Tecnopolo de Abrantes. Em complemento beneficia do apoio do POSI no que respeita ao desenvolvimento do Portal Empresarial Regional.
- O projecto “Inovisa”, promovido pelo Instituto Superior de Agronomia e a Universidade Técnica de Lisboa em parceria, apresentado à Acção 5, tem o objectivo de apoiar a criação de uma incubadora de novas empresas de base tecnológica (NEBT) e formação avançada no sector agro-florestal, permitindo dar continuidade a um conjunto de projectos de investigação desenvolvidos por aquele Instituto no âmbito do POCTI, potenciando o carácter empresarial da inovação gerada.
- O projecto apresentado à Acção 1 pelo Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional (COTHN), entidade que corresponde a uma parceria alargada no sector da Hortofruticultura sediado na Sub-região Oeste, permite potenciar a divulgação entre os produtores do sector dos resultados da investigação científica e tecnológica resultado de outros projectos apoiados pelo PO Agricultura.
- O projecto “TagusLip”, apresentado à Acção 2, e que corresponde à criação de um laboratório em parceria entre o Parque de Ciência e Tecnologia de Lisboa e o Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas, com o intuito de acolher projectos de desenvolvimento de equipamento inovador de imagem médica, permitirá o imediato acolhimento de um projecto, apoiado pelo

POE, de desenvolvimento e construção de equipamento de diagnóstico do cancro da mama.

De sublinhar, por último, que o Presidente da CCDR-LVT é simultaneamente Gestor do Lisaction e do Programa Operacional Regional, assegurando a concertação estratégica das componentes sectoriais desconcentradas no Programa Regional. Está actualmente em curso a sua reprogramação, no seguimento da avaliação intercalar e da atribuição das reservas de eficiência e programação, e foi decidido criar uma Medida para a Inovação e Competitividade para cujo desenho a experiência do Lisaction foi considerada fundamental.

2.4. Desenvolvimento da estratégia

A inovação, em sentido mais lato, e o desenvolvimento tecnológico, em particular, foram identificados como factores chave para o desenvolvimento e aumento de competitividade da Região e assumiram papel central na estratégia de desenvolvimento da região.

É cedo para fazer uma avaliação do desenvolvimento desta estratégia; esta é, contudo, uma preocupação prioritária e, neste contexto, está em desenvolvimento um projecto de ‘Gestão da Estratégia da Região’ no âmbito do qual se pretende fazer a sua monitorização. Este projecto, organizado em torno de três domínios principais, Território, Pessoas e Organizações, faz a monitorização a dois níveis: por um lado, ao nível da estratégia definida, isto é, procurar validar a sua pertinência ao longo do período em causa, por acompanhamento da evolução da região; por outro lado, avalia a eficácia dos instrumentos no desenvolvimento da estratégia, isto é, procura avaliar *on going* de que forma o Programa Operacional Regional, o Lisaction, os programas operacionais sectoriais (e os programas desenhados a partir dos Planos de Acções definidos no Listart e no PERLVT) estão a ser utilizados por forma a atingir os objectivos definidos.

O domínio Organizações inclui um sub-domínio de análise: Inovação, que procura justamente monitorizar a evolução da região e da estratégia definida nesta área; dada a escassez de indicadores regionais disponíveis, este projecto desenvolve-se por recurso a metodologias complementares de acompanhamento (identificação e estudo de casos de sucesso, definição de uma metodologia de sensores, mediante a qual um painel de agentes regionais escolhidos pela sua relevância são regularmente inquiridos).

No domínio inovação são seguidos com particular atenção indicadores e sensores como:

- as despesas de I&D regionais em percentagem do PIB regional comparadas com os de outras regiões nacionais e estrangeiras;
- o intercâmbio internacional de cientistas;
- a participação dos agentes da região em projectos de I&D internacionais;
- o registo do número de patentes na região;

- a formação de consórcios de I&D entre agentes regionais no âmbito dos programas operacionais relevantes;
- a variação no número de empresas certificadas enquanto indicador do recurso das empresas a serviços de apoio tecnológico (de certificação);
- a variação no número de empresas sediadas nos Parques Científicos e Tecnológicos (apenas o TagusPark);

Em complemento são ainda realizados pequenos estudos de caso sobre empresas, que embora sendo bastante inovadoras, são ainda desconhecidas na região, contribuindo assim para a credibilidade das empresas e da região como um todo, sinalizando aos demais agentes o caminho que se pretende percorrer.

O acompanhamento dos projectos, designadamente na sua vertente física, vão, por outro lado, e no que diz respeito aos objectivos específicos que o Lisaction se propôs atingir no quadro da Estratégia Regional definida, permitindo perceber se aqueles objectivos estão a ser atingidos, quais são as principais dificuldades dos agentes, onde é prioritário concentrar esforços no quadro da preparação de futuros programas e instrumentos de apoio à inovação.

2.5 Desenvolvimento das Acções individuais

Tal como foi concebido, e fruto da sua génese, o Programa previa o desenvolvimento de projectos no âmbito de 8 Acções (para além das Medidas de Acompanhamento), muito bem definidas e tipificadas. Não obstante, este era um Programa aberto à recepção de propostas, isto é, não estavam identificadas e constituídas *a priori* as parcerias promotoras dos projectos; a sua execução ficou, pois, dependente da iniciativa dos agentes regionais na apresentação de propostas que fossem ao encontro daquelas Acções (mesmo se a gestão do Programa teve a constante preocupação de manter o contacto com os agentes, seja no âmbito das diversas iniciativas que foram levadas a cabo, seja directamente com cada um). Por esta razão, numa primeira fase do programa, a resposta ficou claramente aquém das expectativas: no final de 2002 as aprovações atingiam apenas 33% do total do Programa e a execução era nula.

O esforço empreendido em 2003, de que veio a resultar o compromisso de 100% do Programa nos prazos previstos, sem prejuízo dos objectivos essenciais e estratégicos definidos, consistiu na identificação de propostas que cumpriam estes objectivos, mesmo quando não se encaixavam exactamente na descrição das Acções. O resultado foi o apoio a projectos na sua maioria abrangentes, isto é, que poderiam ser 'multi-acções' (já que compreendiam dimensões previstas em mais que uma Acção), tendo sido adoptado o procedimento de os aprovar no âmbito da Acção que correspondia à sua vertente principal.

Apresentam-se comparativamente na Tabela 1a quantificação dos objectivos estratégicos do Programa e a dos objectivos dos projectos aprovados.

Tabela 1

Objectivos Estratégicos	Quantificação	Objectivos dos projectos aprovados
Reforçar a ligação entre as actividades regionais de I&D	- 4 <i>Workshops</i> - 3 Programas de visitas (em fileiras chave) - Apoiar as fases iniciais de 2 centros de I&D	- 4 <i>Workshops</i> - 2 visitas técnicas - Apoio ao lançamento e/ou reestruturação de 5 centros de I&D
Aumentar os serviços de informação e de apoio tecnológico às empresas	- <u>Criação de uma associação regional de prestação de serviços;</u> - 3 projectos de criação ou reforço de serviços de inovação e internacionalização	- 1 Rede de Centros de Competência da RLVT - Apoio a 5 projectos de criação e/ou reforço de serviços de Inovação e internacionalização
Fomentar a transferência de tecnologia	- 2 Projectos de reforço dos serviços fornecidos Pólos ou Parques Tecnológicos - Apoiar 30 planos de negócios para a criação de NEBT	- 3 Projectos de reforço dos serviços fornecidos pelos Pólos ou Parques Tecnológicos - Apoio a 43 planos de negócios de criação de NEBT
Sensibilizar para as tecnologias e para sociedade de informação	- 5 Sessões de divulgação da utilização de novas tecnologias de informação em PME - Apoiar 8 programas de sensibilização do Jovens para as novas tecnologias	- Apoio a 12 programas de sensibilização do Jovens para a ciência e novas tecnologias -

A resposta aos desafios colocados pelo programa encontra-se sintetizada na tabela 2 de propostas recebidas e projectos aprovados. Analisando esta resposta e os objectivos específicos presentes nos projectos que vieram a ser acolhidos, podemos aduzir um conjunto de conclusões relativamente ao desenvolvimento das Acções do Lisaction.

Tabela 2

Acção		Candidaturas apresentadas	Projectos aprovados
1	Organização e realização <i>Workshops</i> e Dias Abertos	8	3
2	Centros de I&D em parceria	13	8
3	Serviços regionais de apoio tecnológico	1	1
4	Apoio aos serviços de inovação e internacionalização	9	2
5	Empreendedorismo tecnológico	6	4
6	Apoio a pólos tecnológicos regionais	5	3
7	Promoção da Sociedade de Informação	0	0
8	Sensibilização dos jovens para a tecnologia	8	3
9	Participação em Redes	1	1
10	Assistência Técnica	1	1
Total Lisaction		52	25

Na Acção 1, Organização e realização *Workshops* e Dias Abertos, os projectos seleccionados respondem ao desafio de aproximar os produtores regionais de ciência e tecnologia e o mundo das empresas, não tendo sido admitidas propostas que não apostavam explicitamente nesta ligação, central para o Lisaction.

As iniciativas acolhidas centram a sua actividade na identificação dos problemas tecnológicos das empresas procurando encontrar respostas concretas para a sua resolução e incidem em particular no âmbito das fileiras regionais (destacam-se os sectores da agricultura e das bio-indústrias).

Na sequência do que foi dito na introdução deste ponto, apesar do número de projectos aprovados no âmbito desta Acção ser apenas de 3, o número de *workshops* com estas características apoiados no âmbito deste programa é superior, já que alguns dos projectos apoiados no âmbito de outras Acções incluíam a realização de iniciativas deste género.

A avaliação dos projectos apresentados à Acção 2, de apoio à criação ou reestruturação centros de I&D em parceria, privilegiou os projectos que apostavam na resposta a lacunas em termos da prestação regional de serviços tecnológicos. Esta resposta deveria ter em linha de conta as necessidades das empresas, permitindo que esta procura pautasse a agenda de I&D dos centros. As propostas acolhidas situam-se em áreas estruturantes para a Região, da tecnologia agro-alimentar e controlo de qualidade, Redes e Segurança Informática, *Software* e Logística.

Na Acção 3, o objectivo era apoiar um projecto que definisse e analisasse a viabilidade da constituição de uma entidade regional que respondesse a um dos principais problemas identificados na infra-estrutura regional de apoio à tecnologia e à inovação: a sua fragmentação institucional e a sua ligação pouco efectiva às necessidades das empresas.

O projecto aprovado pretende ser um primeiro passo neste sentido, prevendo duas acções concretas: a realização de um recenseamento do universo dos prestadores e potenciais prestadores de serviços da região; e a integração desta informação num projecto piloto e embrião de uma “rede” regional de centros de competências. Este projecto será desenvolvido pelo Taguspark, um dos Parques Tecnológicos da Região e no projecto piloto participará também o TagusValley - Técnico do Vale do Tejo, em Abrantes, cujo arranque foi também apoiado por este Programa.

O aparente reduzido número de projectos aprovados no âmbito da Acção 4 é o espelho do elevado número aprovado no âmbito da Acção 2. De facto, alguns destes últimos comportam actividades como as previstas na Acção 4; mais uma vez, a opção foi viabilizar projectos mais abrangentes.

Houve, por outro lado, particular preocupação em apoiar projectos nas sub-regiões mais desfavorecidas, Oeste e Vale do Tejo, o que veio a suceder: os projectos apoiados no âmbito desta Acção e os que, tendo sido apoiados no âmbito da Acção 2, incluem apoio à inovação e internacionalização dos sectores onde actuam, localizam-se nestas duas áreas e em fileiras importantes (sectores hortofrutícola, agro-alimentar, metalomecânica,...).

A Acção 5, de apoio ao empreendedorismo na Região, previa que os projectos incidissem sobre ‘novas empresas de base tecnológica’ e que a metodologia utilizada recorresse à figura da tutoria, como forma de maximizar o sucesso dos resultados.

Os 4 projectos aprovados respondem a estas exigências, propondo-se apoiar a elaboração de 43 planos de negócios, os quais se espera que resultem na criação de novas empresas de base tecnológica.

O objectivo da Acção 6 consistia em apoiar, em especial fora da Grande Lisboa, iniciativas de pólos tecnológicos e parques de ciência e tecnologia que visassem melhorar a interacção junto das empresas utentes e os estabelecimentos de ensino superior e tecnológico da região.

Dada a natureza desta Acção e as características da Região (não havia nenhum Parque tecnológico fora da Área Metropolitana), não seria de esperar o apoio a mais que uma grande iniciativa. Foi, pois, apoiado o arranque do funcionamento de um Tecnopolo no Vale do Tejo, previsto no Plano Estratégico da Região, tendo depois sido apoiadas algumas pequenas iniciativas que se enquadravam no espírito desta Acção.

A Acção 7 revelou-se um fracasso: não foram recebidas quaisquer propostas para “apoiar a organização e realização de sessões de divulgação e esclarecimento orientadas para PME em zonas isoladas do ponto de vista geográfico, e/ou mais carenciadas do ponto de vista social e cultural, sobre as diversas temáticas associadas à sociedade de informação”. Estima-se que tal se deva à proliferação de instrumentos disponíveis para o apoio deste tipo de iniciativas e/ou ao seu desenvolvimento por entidades (designadamente associações empresariais) que o fazem correntemente no seu contacto regular com as empresas suas associadas.

As verbas previstas para esta Acção foram canalizadas para a Acção 8, do mesmo Eixo que, pelo contrário, recebeu interessantes e diversificadas propostas para “sensibilização dos jovens para a tecnologia”.

As abordagens privilegiaram a promoção daquele objectivo através de uma forma lúdica; a dotação financeira disponível (mesmo depois de reforçado este Eixo em 10%, no âmbito da reprogramação financeira levada a cabo) não permitiu o apoio a mais que 3 iniciativas.

O número total de propostas apresentadas face às que vieram a ser aprovadas espelha de forma clara o esforço empregue na fase de análise e selecção. Em balanço, foram apresentadas às Acções 1 a 8 do Lisaction 52 propostas de candidatura e aprovados 25 projectos. Além destes, as Acções 9, de Participação em redes e 10, de Assistência Técnica, têm cada uma 1 projecto aprovado, da responsabilidade da CCDR.

A correspondência realizada entre as Acções do Lisaction e as Categorias por tema estratégico, resultou na Tabela 3:

Tabela 3

Acção		Categoria
1	Organização e realização <i>Workshops</i> e Dias Abertos	A 181
2	Centros de I&D em parceria	A 183
3	Serviços regionais de apoio tecnológico	A 180
4	Apoio aos serviços de inovação e internacionalização	A 163
5	Empreendedorismo tecnológico	A 164
6	Apoio a pólos tecnológicos regionais	A 180
7	Promoção da Sociedade de Informação	A 324
8	Sensibilização dos jovens para a tecnologia	A 323
9	Participação em Redes	A 410
10	Assistência Técnica	A 410

2.6 Implementação Financeira

O Comité de Direcção, além de regulamentar o seu funcionamento interno e estabelecer as condições específicas de acesso às acções e a grelha (qualitativa e quantitativa) de avaliação das candidaturas recebidas, aprovou os formulários de candidatura e de pedido de pagamento e estabeleceu as normas e circuitos documentais e decisoriais do Programa.

Em relação às candidaturas recebidas, o circuito baseia-se no seu envio aos membros do Comité de Direcção, previamente às reuniões agendadas, juntamente com o respectivo parecer da Estrutura de Apoio Técnico (EAT), recorrendo à grelha de avaliação de candidaturas. Em termos documentais esta candidatura e a correspondência trocada com o seu promotor são juntas no processo individual do projecto.

Tendo em vista um controlo eficaz da execução do LISACTION, e de acordo com os Regulamentos Comunitários, a CCDR-LVT, enquanto Organismo de Gestão, é responsável pela regularidade das operações financiadas e pela aplicação do sistema de controlo interno compatível com a boa gestão financeira de programas que beneficiam de apoio do FEDER.

Em cada pedido de pagamento os responsáveis pelos projectos aprovados apresentam ao Organismo de Gestão do Lisaction, um processo que inclui: um formulário do qual consta a identificação do projecto e uma lista dos documentos de despesa para apreciação, acompanhado dos originais dos documentos contabilísticos justificativos da despesa realizada e paga objecto do pedido.

Quando este processo de pedido de pagamento é recebido, é analisado pela EAT, e sujeito à verificação de conformidade e elegibilidade das despesas face ao projecto aprovado, recorrendo-se à base de dados desenvolvida para o efeito, propondo-se então, se este estiver conforme, ao Gestor do Lisaction e Presidente da CCDR, autorização para o seu pagamento. Após apreciação, este dossier de originais (em cada um dos quais foi apostado o respectivo carimbo de cofinanciamento pelo Lisaction) é devolvido ao

promotor que recebe ainda informação sobre qual a despesa considerada elegível ao projecto e a que não foi considerada com a respectiva justificação.

O correspondente fluxo financeiro seguirá o seguinte circuito: da contribuição comunitária, entretanto creditada pela Comissão Europeia em conta bancária específica, são efectuados os pagamentos aos promotores dos projectos, por ordem do Gestor.

No sentido de apoiar a EAT nestas tarefas, foi desenvolvido o Sistema de informação de apoio à gestão e acompanhamento físico e financeiro da execução dos projectos Lisaction, contendo a informação detalhada sobre candidaturas, projectos, parceiros e respectiva caracterização e contactos, contas correntes da execução física e financeira, fornecedores, indicadores de realização e calendários. Em paralelo foram ainda implementados mecanismos de alimentação através de formulários de submissão electrónica (de candidatura e pedido de pagamento), mecanismos estes que se constituem enquanto instrumento fundamental no tratamento de informação detalhada.

Este sistema permite a detecção automática da duplicação de referências, emitindo um alerta sujeito a verificação documental. A utilização de um motor de buscas interno permite tirar partido da qualidade e quantidade de informação contida no sistema para necessidades concretas que se colocam quotidianamente à EAT.

2.7. Acompanhamento e Avaliação

No sentido de garantir o efectivo acompanhamento da implementação do Lisaction a sua Comissão de Acompanhamento¹ reuniu pela primeira vez em Fevereiro de 2003, tendo debatido a realização do programa através do Relatório de Execução de 2002 contendo os projectos entretanto aprovados e seus objectivos, tendo apontado para um conjunto de metas e de tarefas necessárias ao sucesso do Programa, que se encontrava então com uma taxa de compromisso de cerca de 33% e com uma realização nula. No entanto o maior contributo deste fórum foi reafirmar a necessidade de conseguir a adesão dos agentes regionais às várias apostas expressas no Lisaction.

No final de 2003 a Comissão de Acompanhamento foi novamente chamada a pronunciar-se relativamente à proposta de reprogramação financeira apresentada pelo Presidente da CCDR e fruto da necessidade de proceder a pequenos ajustamentos que permitiram acolher os projectos recebidos e apreciados positivamente pelo Comité de Direcção.

Esta proposta significou a absorção da totalidade das verbas do programa e representava a manutenção da aposta nos 2 temas estratégicos identificados pela Região de Lisboa e Vale do Tejo. Por seu lado a execução cifra-se em 20% do programa, correspondendo

¹ Que integra os membros do Comité de Direcção, a Comissão Europeia, o interlocutor nacional do FEDER, as Associações de Municípios e Junta Metropolitana, o Gabinete para o Desenvolvimento do Sistema Logístico Nacional e os Centros de Incubação e Inovação de empresas, e ainda um conjunto de entidades que participaram na elaboração do Programa: IAPMEI (Inst. Apoio às PME e Investimento), ANETIE (Tecnologias de informação e electrónica), ACECIA e AUTOSIL (componentes para automóvel), Hovione (química), Laboratórios Java, Farmacêutica, Amorim Industrial Solutions (cortiça) e Transportes Luís Simões (transportes e logística)

maioritariamente aos últimos meses do ano, altura em que se verificou uma descolagem da execução financeira dos projectos.

Em paralelo com este trabalho de apreciação de candidaturas, foram reforçados os mecanismos de acompanhamento dos projectos em curso, tendo-se realizado um conjunto de visitas e solicitado informações que permitem ir conhecendo a efectiva realização dos projectos, muito além da sua vertente financeira. Este mecanismo é aliás identificado pela gestão do Lisaction como fundamental para garantir a correcta implementação da estratégia apoiando, quando necessário, os promotores a encontrar parceiros e caminhos que resolvam os problemas detectados no curso da realização dos projectos.

Ainda em 2003 foi iniciado o processo de avaliação de projectos, tendo o seu resultado influenciado a decisão tomada no caso específico de uma segunda proposta de candidatura apresentada por um dos promotores.

2.8 Publicidade/ Divulgação

As tarefas de promoção e divulgação iniciais do Programa, tiveram como grupos-alvo, os potenciais beneficiários, apontando-se as 2 sessões de informação: a apresentação pública de 7 de Março no LNEC e a sessão de divulgação de 27 de Março na Lisópolis.

Além da concepção do logotipo de identificação do Programa, a nível documental foram produzidos, para distribuição junto dos potenciais promotores, uma edição do programa, uma brochura de divulgação geral e um folheto.

Na *Newsletter* da Região assinala-se a inserção de 4 notícias sobre o PRAI: a primeira, em Abril de 2002, anunciando o lançamento do Lisaction; a segunda, em Agosto de 2002, sobre os desafios e oportunidades que disponibiliza aos agentes regionais; a terceira, em Agosto de 2003, dando conta dos primeiros resultados e projectos aprovados; e a quarta, já em Fevereiro de 2004, reportando o seu progresso à data.

Por seu lado e além da prestação de informação directa a potenciais interessados, o programa integrou outras iniciativas e exposições realizadas regionalmente, dos quais se destaca o XX Congresso Mundial da IASP-Associação Mundial de Parques de Ciência e Tecnologia, realizado em Lisboa, de 1 a 4 de Junho de 2003.

No site da CCDR encontra-se um domínio consignado ao Programa², onde se podem encontrar os seguintes temas: Objectivos, Acções, Projectos aprovados, Comité de Direcção (incluindo as actas das reuniões) e documentos do programa, como são a Decisão, o Relatório de Execução de 2002 e o acesso directo ao *e-mail* para a EAT do programa.

É igualmente através desta página que se acedem ao formulário de candidatura e de Pedido de Pagamento depois submetidos electronicamente para alimentação da Base de dados da gestão, concebida de forma a importar automaticamente os dados dos formulários. Sublinhe-se que, na CCDR-LVT, esta é uma experiência piloto.

² <http://www.ccr-lvt.pt/content/index.php?action=detailFo&id=31>

Em 27 e 28 de Fevereiro de 2003 realizaram-se dois fóruns de debate centrados nas especificidades sub-regionais do Oeste e Vale do Tejo (discriminadas positivamente pelo Programa), que contribuíram para a discussão dos temas estratégicos para o desenvolvimento tecnológico e inovação; como resultado imediato, pode identificar-se o projecto “Terra do Móvel – Centro de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico do *cluster* do móvel em Ourém”, apresentado ao Lisaction, uma parceria entre a Câmara Municipal de Ourém e a Associação Empresarial da região, com o objectivo de apoiar um conjunto de cerca de 30 empresas locais na melhoria e internacionalização dos seus produtos.

Por seu lado as medidas de publicidade do apoio do FEDER através do Lisaction, de acordo com as normas estabelecidas nos Regulamentos Comunitários, para as intervenções FEDER, está presente nos documentos de divulgação dos vários projectos aprovados, constando dos seus folhetos, pósteres, apresentações, sites, etc.

2.9 Plano Financeiro

No final do período definido para o compromisso da dotação do Programa, foi identificada a necessidade de realizar pequenos ajustamentos financeiros, por forma a acolher os projectos submetidos e avaliados positivamente pelo Comité do Programa, nas Acções adequadas. Em função das regras adoptadas pela Comissão Europeia, tais ajustamentos foram realizados no quadro de uma ‘modificação menor’, aprovada pela Comissão de Acompanhamento (através de uma consulta escrita) que veio a ser formalmente comunicada à Comissão Europeia em 16 de Janeiro de 2004.

Desta forma o Programa foi comprometido na totalidade em Dezembro de 2003, como previsto (Programação Financeira em Anexo I).

A realização dos projectos aprovados cifra-se em cerca de 20%, apresentando-se no Anexo II o quadro da realização, por acção, da despesa certificada.

Assim, e apesar de ser ainda prematuro avaliar os resultados do Programa Regional de Acções Inovadoras da Região de Lisboa e Vale do Tejo, é possível afirmar que se mantêm no essencial inalteradas as apostas estratégicas e os objectivos constantes da candidatura apresentada à Comissão Europeia.

3. Identificação e disseminação de boas práticas

No âmbito das iniciativas cujo âmbito territorial pode ultrapassar as fronteiras da Região de Lisboa e Vale do Tejo, e para além da apresentação do Lisaction em fóruns e encontros de divulgação dos próprios projectos aprovados (muitos dos quais integram a realização de um encontro final de divulgação dos resultados) que promovem o seu enquadramento das iniciativas na Estratégia de Inovação Regional, destacam-se vários tipos de eventos:

- Em Outubro de 2002 foi organizada a visita de uma delegação regional à Província de Milão (no âmbito de um Protocolo de cooperação bilateral), que incluiu visitas às principais organizações e entidades locais de ciência e tecnologia, e a empresas, tendo havido a preocupação em constituir esta delegação com agentes potenciais promotores de projectos ao Lisaction.
- Destaca-se ainda a participação do responsável pelo projecto “TagusValley” no Grupo Temático sobre “Desenvolvimento de incubadoras no seio de instituições de investigação. apoio às novas empresas de base tecnológica”, realizado a 24 e 25 de Janeiro 2003, em Viena, organizado no âmbito de um projecto da rede METROPOLIS (de regiões que abrangem áreas metropolitanas e promove troca de experiências sobre inovação nas suas diversas vertentes), Innopolitan, do qual a CCDR era parceira.
- Com o objectivo de dar a conhecer e debater as estratégias das regiões portuguesas de apoio à inovação preconizadas pelos sete Programas Regionais de Acções Inovadoras (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Madeira e Açores), realizou-se no Porto, a 27 e 28 de Maio de 2003, o Seminário “Inovação e Competitividade Regional”, onde foi apresentado o programa, numa óptica de lhe sublinhar as suas especificidades, bem como um dos projectos em execução, considerado especialmente interessante.
- Em 2003 a CCDR acolheu as seguintes delegações dos Novos Países do Alargamento: República Checa e Região da Grande Planície do Norte (Húngria) e ainda da Cidade de São Paulo (Brasil), nas quais o Lisaction fez parte do programa de apresentações, por constituir um dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento regional na sua vertente de Inovação e tecnologia.
- No âmbito da Acção 9, o projecto de apoio à participação em redes, que visa a constituição de missões regionais em Redes e respectivos encontros, promovendo a criação de ligações e/ou o estreitar de relações entre estas entidades e as suas homólogas de outras regiões europeias, incluindo os Novos Países Candidatos da União Europeia, ou mesmo com regiões não europeias com as quais seja favorável para a região fomentar este tipo de relacionamento, e que terá maior expressão durante o ano de 2004.

Anexo I: Programação Financeira por Acção

Anexo II: Realização Financeira por Acção a 31 de Dezembro de 2003



LisAction

Relatório de Progresso

Dezembro 2003



União
Europeia
FEDER



Comissão de Coordenação
da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Índice

1	Sumário Executivo	3
2	Desenvolvimento do Programa comparando com a descrição original	7
	2.1. Objectivos	7
	2.2. Duração	8
	2.3. Parcerias	8
	2.4. Desenvolvimento da Estratégia	10
	2.5. Desenvolvimento das Acções Individuais	11
	2.6. Implementação Financeira	15
	2.7. Acompanhamento e Avaliação	16
	2.8. Publicidade/ Divulgação	17
	2.9. Plano Financeiro	18
3	Identificação e disseminação de boas práticas	19

Anexos

1. Sumário Executivo

O Lisaction, Programa Regional de Acções Inovadoras de Lisboa e Vale do Tejo, aprovado pela Comissão Europeia para o período 2002-2003, encontra-se, neste momento, em fase de execução dos projectos aprovados.

De acordo com o calendário inicialmente previsto, o programa terminou no final de 2003, tendo sido comprometido na totalidade em Dezembro de 2003; 2004 será o ano de encerramento do Programa. Com o objectivo de cumprir rigorosamente este calendário, o Comité de Direcção do Programa impôs como data limite para a execução dos projectos Setembro de 2004, por forma a ser possível apresentar o Relatório Final do Programa à Comissão Europeia até Dezembro deste ano. Subjacente a este calendário está a data limite de apresentação de candidaturas a um PRAI 2 à Comissão Europeia: Maio de 2005, já que esta possibilidade pressupõe a sua avaliação positiva do Programa agora em curso.

O Lisaction foi desenhado a partir do Listart, o exercício RITTS que esta Região levou a cabo entre 1997 e 2000, e que coincidiu temporalmente com a definição de um Plano Estratégico para a Região no horizonte 2000-2010, que consagrou a inovação tecnológica com um dos principais motores de progresso e desenvolvimento da RLVT. Estes foram processos bastante participados pelos agentes da região, no âmbito dos quais foi possível fazer o diagnóstico prospectivo da Região nos domínios da inovação e desenvolvimento tecnológico e dos quais resultou a identificação de um conjunto de acções prioritárias a levar a cabo por forma a aumentar o nível de coesão intra-regional nestes domínios, por um lado, e o desenvolvimento e aumento de competitividade, por outro. Assim, definiram-se como objectivos prioritários (que se traduziram nos critérios de avaliação dos projectos) a discriminação positiva das sub-regiões mais desfavorecidas (Oeste, Vale do Tejo, Península de Setúbal), a promoção da constituição de parcerias público-privadas e a complementaridade dos projectos a apoiar no âmbito do Lisaction com outras iniciativas, designadamente as intervenções sectoriais e regionais de maior dimensão do QCAIII (para além do carácter inovador dos projectos, fundamental para justificar o seu apoio neste Programa).

Apesar de em Lisboa e Vale do Tejo (região NUT 2) se registar a maior concentração de agentes do sistema de inovação e, por esta razão, os indicadores de C&T da região serem, no contexto nacional, bastante positivos, tais resultados ficam a dever-se à sub-região da Grande Lisboa; por outro lado, os indicadores relativos a transferência de tecnologia, capacidade de inovação e comercialização de novos produtos, registo de patentes e apoio efectivos das infra-estruturas tecnológicas locais às empresas, não são tão animadores. Foi definido como objectivo central do Programa 'promover a inovação tecnológica na Região, melhorando o funcionamento do seu sistema regional de inovação', através do reforço da ligação entre o sistema de I&D e o sistema produtivo, sobretudo nas fileiras estratégicas regionais. Neste contexto, a promoção de parcerias, designadamente público-privadas, assumia especial importância e foi, globalmente, uma aposta ganha: os promotores dos projectos são, na maioria, consórcios formados por entidades públicas e privadas ou são entidades elas próprias fruto de tal associação.

Por outro lado, ao abrir o programa a um conjunto relativo vasto de acções conseguiu-se a participação activa e empenhada de uma tipologia mais larga de beneficiários, quer

em projectos quer na gestão e acompanhamento do Programa, o que constitui um sinal claro do seu interesse por um programa com as características dos PRAI, mesmo se a sua dimensão financeira é muito reduzida. De facto, do Comité de Direcção fazem parte representantes dos grupos de beneficiários do Programa (Centros Tecnológicos, Pólos e Parques de C&T, BIC, Associações Empresariais, Municípios, Estabelecimentos de Ensino Superior...) cujo envolvimento tem garantido ao longo do Programa grande cumplicidade com os seus objectivos e, conseqüentemente, partilha dos critérios de exigência que foram impostos. Dos órgãos de gestão do Programa (designadamente do Comité de Direcção) fazem ainda parte (e participam activamente nas suas reuniões) representantes dos Programas Operacionais Sectoriais que, pela sua natureza, podem interagir com o Lisaction (Economia, Ciência e Tecnologia, Sociedade de Informação), e do Interreg, menos para garantir a não sobreposição ou duplicação de financiamento (que, de resto, se pressupõe e se controla em sede própria), e mais para promover a complementaridade das iniciativas. De sublinhar ainda que o Gestor do Lisaction, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, é também o Gestor do Programa Operacional Regional, garantindo deste modo a sua total articulação.

Importa lembrar que Lisboa e Vale do Tejo é uma região em *phasing out*, pelo que foi entendido ser importante integrar este PRAI nessa lógica, razão pela qual a taxa média de cofinanciamento FEDER do Programa é de 61%.

Em 31 de Dezembro de 2003 o Programa estava comprometido na sua totalidade, tendo sido apenas necessário fazer alguns ajustamentos que permitissem acolher, nas Acções adequadas, os projectos que o Comité de Direcção tinha avaliado positivamente em função dos critérios de selecção. Tendo em conta as regras que a Comissão Europeia estabeleceu para as modificações financeiras a efectuar, tais ajustamentos couberam numa 'Modificação Menor', já que se traduziram em alterações entre Acções dentro de um mesmo tema (inovação tecnológica, tema principal do Programa já que corresponde às Acções 1 a 6, e sociedade de informação, Acções 7 a 8) e alteração entre temas inferior a 10% da sua dotação inicial, mantendo inalteradas as dotações consagradas às Medidas de Acompanhamento (Participação em Redes e Assistência Técnica). Deste modo, esta proposta foi aprovada em Comissão de Acompanhamento do Programa (tendo-se recorrido a uma consulta escrita para o efeito) e posteriormente comunicada à Comissão Europeia.

Os 25 projectos aprovados correspondem a um investimento total de 4,7 M€ dos quais 2,9 M€ são cofinanciamento FEDER, sendo a contrapartida financeira nacional assegurada maioritariamente por privados (1,1 M€ nacional) e em menor dimensão por entidades públicas (0,7 M€). Este perfil financeiro é muito próximo do proposto, correspondendo, portanto, a uma taxa média de apoio de 61%.

No ponto 2 será abordada a análise do desenvolvimento do programa relativamente à proposta inicial; neste contexto, pode dizer-se que os projectos aprovados correspondem e constituem uma boa resposta ao desafio colocado pelo Programa e o sucesso relativo da Acção 2 (uma das Acções mais nobres do Programa) e outras, são disso prova. De salientar ainda que, apesar de aquém do inicialmente proposto em termos de volume financeiro e número de projectos, a Acção 4 acolhe projectos que incidem na sub-região do Oeste, uma das mais frágeis do ponto de vista de inovação e desenvolvimento tecnológico (de salientar ainda o facto de alguns projectos mais abrangentes aprovados no âmbito de outras Acções, designadamente da Acção 2, incluírem dimensões que

autonomamente poderiam ser consideradas no âmbito desta Acção 4); por outro lado, com financiamento das Acções 2 e 6 (para diferentes dimensões do projecto) foi possível apoiar um projecto considerado estruturante e estratégico na sub-região do Vale do Tejo: o arranque do funcionamento do TagusValley, o Tecnopólo no Vale do Tejo (sediado em Abrantes, aproveitando as antigas instalações de um complexo industrial desactivado). Houve grande preocupação em apoiar projectos, mesmo nas Acções mais permeáveis a iniciativas menos centradas na ligação dos agentes de produção de conhecimento científico aos ‘utilizadores’, como por exemplo a Acção 1 ou a Acção 8, que garantissem e promovessem esta dimensão considerada fundamental. De sublinhar ainda a aprovação do projecto previsto na Acção 3 e que corresponde a uma iniciativa consensualmente apontada como essencial na Região: promover a identificação e a constituição de uma rede regional de serviços tecnológicos de apoio às empresas (menos um directório das unidades existentes, e mais a identificação de prestação de serviços, efectivos ou potenciais, a colocar ao dispor das empresas da região).

Foram, pois, cumpridos os principais objectivos e metas (também temporais) estabelecidas para o Programa, mesmo se com recurso a pequenos ajustamentos. Tal resultado é particularmente relevante se tivermos presente que este era um Programa extremamente ambicioso: uma taxa de cofinanciamento relativamente baixa, discriminação positiva dos projectos com incidência nas sub-regiões mais desfavorecidas (e onde, portanto, escasseiam os agentes do sistema regional de inovação) e resultado de parcerias público-privadas, uma tipologia de Acções relativamente fechada que mereceu dos agentes regionais uma resposta claramente positiva.

Em 2004 importa concentrar esforços na boa execução do Programa, o que implica grande rigor no acompanhamento e avaliação dos projectos. Esta tarefa incumbe, sobretudo, à Estrutura de Apoio Técnico tendo sido concebido um sistema de informação ‘à medida’ do Programa que será um precioso apoio a esta dimensão do Programa (este sistema de informação é, ele próprio, um projecto piloto no Organismo de Gestão assentando na submissão electrónica dos formulários com os quais os promotores se relacionam com a gestão, e na importação automática dos dados).

A taxa de execução atingia, a 31 de Dezembro de 2003 apenas 20%; contudo é de esperar, com realismo, que ela se eleve a 100% ao longo destes próximos meses, e até ao último trimestre do ano, de acordo com as metas definidas. Para esta situação terão contribuído vários factores: os anos de 2002 e 2003 foram anos de conjuntura económica difícil, a exigência dos critérios do Programa levaram a uma enorme selectividade e a um trabalho prévio intenso com os promotores por forma a garantir a aprovação de projectos que correspondiam aos objectivos do Programa, o que se traduziu na sua aprovação mais tardia. O acompanhamento que tem sido feito do desenvolvimento físico e financeiro dos projectos (que nem sempre é coincidente) permite antecipar que não será difícil garantir a sua execução nos prazos previstos, desde logo porque esse foi um dos aspectos que mereceu especial atenção aquando do trabalho de preparação das candidaturas com os promotores.

O balanço francamente positivo que é possível fazer neste momento (designadamente quanto ao cumprimento dos objectivos e metas definidos) tem um importante significado e constitui estímulo e sólida base de trabalho para a elaboração de uma candidatura a um PRAI2, como já foi referido ser ambição desta Região. O desenho

deste segundo programa beneficiará de toda a experiência do desenvolvimento do Lisaction; é um processo a iniciar em 2004, com grande participação dos agentes regionais que têm manifestado grande interesse nesta possibilidade, no momento em que a Região se prepara para um QCAIV no âmbito do qual as questões da inovação, da qualificação, do conhecimento assumem papel central.

2. Desenvolvimento do Programa (comparando com a descrição original)

2.1. Objectivos

O objectivo central do Programa Regional de Acções Inovadoras de Lisboa e Vale do Tejo, *promover a inovação tecnológica na região, melhorando o funcionamento do seu sistema regional de inovação*, foi traduzido em quatro objectivos específicos, que correspondem aos quatro eixos em torno dos quais o Programa foi organizado: reforçar a ligação entre as actividades regionais de I&D e de geração/transmissão de conhecimento; aumentar os serviços de informação e apoio tecnológico às empresas contribuindo para uma melhor percepção e orientação das empresas para a inovação tecnológica; fomentar a transferência de tecnologia, através da promoção da criação de novas empresas de base tecnológica e reforço dos serviços prestados pelos Parques de C&T da região; sensibilização para as tecnologias e para a sociedade de informação. Os três primeiros eixos correspondem ao tema estratégico *economia regional baseada no conhecimento e na inovação tecnológica*, o quarto eixo ao tema estratégico *e-EuropeRegio: a sociedade da informação ao serviço do desenvolvimento regional*: os dois temas escolhidos para esta Região.

Esta escolha resultou do trabalho prévio desenvolvido no âmbito do exercício RIS/RITTS realizado nesta região, no período 1997-2000, sobre a estratégia regional de inovação de Lisboa e Vale do Tejo, e que coincidiu com a reflexão que definiu o seu Plano Estratégico no horizonte 2000-2010, e que identificou este domínio como um dos motores essenciais para o desenvolvimento e aumento de competitividade da região que inclui a capital do país. Estes dois exercícios, amplamente participados pelos agentes regionais, permitiram definir um conjunto de Acções a desenvolver, que serviram de base à estruturação do PRAI, e estiveram também subjacentes à definição do Programa Operacional Regional neste período de programação: 2000-2006. Importa aqui recordar que esta região se encontra em *phasing out*, aspecto relevante e que tem consequências no nível de apoio previsto no âmbito destes instrumentos de financiamento.

Os diagnósticos prospectivos realizados no âmbito destes trabalhos permitiram ainda apontar como ideias-chave, que foram retidas no Lisaction, a necessidade de discriminar positivamente as sub-regiões mais desfavorecidas de LVT, Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal, de estimular as parcerias, designadamente as parcerias público-privadas, e de fomentar a complementaridade entre os vários instrumentos de financiamento disponíveis (entre este programa e as intervenções operacionais sectoriais e regional, em curso no âmbito do QCAIII).

Estes objectivos foram traduzidos nos critérios de selecção dos projectos, por um lado, e nas formas de gestão adoptadas no programa. De facto, a participação de representantes dos grupos de beneficiários do Programa nos Comités de Direcção e Acompanhamento, bem como de representantes dos Programas Operacionais com os quais poderia haver sinergias com o Lisaction, foram uma forma preciosa de promover parcerias e garantir complementaridades. Por outro lado, os projectos foram seleccionados através de uma grelha de critérios que operacionalizava aquelas ideias-chave (para além da condição

base de se tratar de projectos inovadores), de forma exigente, o que se traduziu numa grande selectividade: foram aprovados 25, de um total de 52 candidaturas formalizadas.

Nem sempre foi fácil encaixar os projectos nas Acções nas quais o programa se estruturou, uma vez que na sua maioria eram projectos abrangentes que poderiam ser 'multi-acções'. Por razões de facilidade de procedimentos, esta solução (que chegou a ser adoptada para o projecto TagusValley) não foi generalizada e os projectos passaram a ser aprovados no âmbito da Acção que correspondia à sua vertente principal. No conjunto, podemos afirmar que os objectivos previstos (incluindo na sua dimensão quantitativa) foram atingidos (e nalguns casos ultrapassados), como se pode confirmar pela Tabela 1 incluída no ponto 2.5.

A aprovação da dotação global do Lisaction a 31 de Dezembro implicou apenas a necessidade de proceder a pequenos ajustamentos entre as dotações das Acções, o que foi feito no quadro de um 'modificação menor' (segundo as regras da Comissão Europeia; ver Anexo I), pelo que podemos afirmar que os objectivos e apostas estratégicas apresentados na candidatura foram cumpridos.

2.2. Duração

O Lisaction foi aprovado para 2002-2003, sendo 2004 ano de conclusão dos projectos e encerramento do Programa. O calendário inicialmente proposto tem sido cumprido e não se prevê qualquer necessidade de alteração.

Este empenhamento no cumprimento dos prazos inicialmente estabelecidos junto da Comissão Europeia prende-se com a ambição da Região de Lisboa e Vale do Tejo em propor um segundo Programa Regional de Acções Inovadoras, ainda no actual período de programação de 2000-2006. Tal só será possível depois de aprovado pela CE o Relatório Final deste primeiro programa, pelo que a gestão tem trabalhado intensivamente neste sentido com os agentes regionais. Foi adoptada pelo Comité de Direcção a decisão de apontar Setembro de 2004 como data limite para a conclusão dos projectos, por forma a ser possível apresentar o Relatório Final do Programa até ao final do ano.

2.3. Parcerias

A importância deste vector foi constante no Programa, desde a sua fase preparatória, à fase de execução e avaliação. O desenho do Programa foi definido na sequência dos dois exercícios, já referidos, de definição de um Plano Estratégico Regional 2000-2010 e de definição de uma Estratégia Regional de Inovação (projecto RIS/RITTS), reflexões que contaram com a participação e envolvimento dos agentes regionais deste domínio.

O desenvolvimento de projectos por consórcios de parceiros foi um dos critérios de selecção usados, sendo particularmente valorizados os projectos que envolviam

parcerias público-privadas. Os 25 projectos aprovados envolvem um total de 70 parceiros, dos quais 60% são privados.

Por outro lado, e como também já referido, do Comité de Direcção fazem parte representantes dos grupos de beneficiários que têm participado empenhadamente na gestão do Programa e são, desta forma, cúmplices e em alguns casos agentes principais da promoção dos seus objectivos.

A Comissão de Acompanhamento, que integra todos os membros do Comité de Direcção, e inclui ainda entidades públicas e privadas relevantes na Região, é considerado um fórum privilegiado de discussão. Num programa ambicioso como o Lisaction, o envolvimento dos parceiros e a tomada de consciência do seu estado de desenvolvimento, a partilha de uma visão de conjunto e a participação na definição de metas são elementos fundamentais para o seu sucesso e para que os seus objectivos possam ser alcançados.

Destes órgãos (Comité de Direcção e de Acompanhamento) fazem ainda parte os Gestores das Intervenções Operacionais Sectoriais com os quais o Lisaction tem mais afinidades (Programas Operacionais de Ciência e Tecnologia, da Sociedade de Informação, da Economia,), garantindo a avaliação dos projectos também em função da sua complementaridade com projectos aprovados ou a aprovar no âmbito destes Programas de maior dimensão e duração. Como evidência disto mesmo, e sem preocupações de exaustividade, podem apontar-se os seguintes exemplos concretos:

- O projecto “TagusValley”, resultado da parceria entre a Associação Empresarial da Região de Santarém e da Câmara Municipal de Abrantes e conta ainda com o apoio de outras entidades locais (2 escolas superiores, o Laboratório Inter-Municipal de Águas (CEGAT) e empresas, apoia as actividades de lançamento do Tecnopolo de Abrantes. Em complemento beneficia do apoio do POSI no que respeita ao desenvolvimento do Portal Empresarial Regional.
- O projecto “Inovisa”, promovido pelo Instituto Superior de Agronomia e a Universidade Técnica de Lisboa em parceria, apresentado à Acção 5, tem o objectivo de apoiar a criação de uma incubadora de novas empresas de base tecnológica (NEBT) e formação avançada no sector agro-florestal, permitindo dar continuidade a um conjunto de projectos de investigação desenvolvidos por aquele Instituto no âmbito do POCTI, potenciando o carácter empresarial da inovação gerada.
- O projecto apresentado à Acção 1 pelo Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional (COTHN), entidade que corresponde a uma parceria alargada no sector da Hortofruticultura sediado na Sub-região Oeste, permite potenciar a divulgação entre os produtores do sector dos resultados da investigação científica e tecnológica resultado de outros projectos apoiados pelo PO Agricultura.
- O projecto “TagusLip”, apresentado à Acção 2, e que corresponde à criação de um laboratório em parceria entre o Parque de Ciência e Tecnologia de Lisboa e o Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas, com o intuito de acolher projectos de desenvolvimento de equipamento inovador de imagem médica, permitirá o imediato acolhimento de um projecto, apoiado pelo

POE, de desenvolvimento e construção de equipamento de diagnóstico do cancro da mama.

De sublinhar, por último, que o Presidente da CCDR-LVT é simultaneamente Gestor do Lisaction e do Programa Operacional Regional, assegurando a concertação estratégica das componentes sectoriais desconcentradas no Programa Regional. Está actualmente em curso a sua reprogramação, no seguimento da avaliação intercalar e da atribuição das reservas de eficiência e programação, e foi decidido criar uma Medida para a Inovação e Competitividade para cujo desenho a experiência do Lisaction foi considerada fundamental.

2.4. Desenvolvimento da estratégia

A inovação, em sentido mais lato, e o desenvolvimento tecnológico, em particular, foram identificados como factores chave para o desenvolvimento e aumento de competitividade da Região e assumiram papel central na estratégia de desenvolvimento da região.

É cedo para fazer uma avaliação do desenvolvimento desta estratégia; esta é, contudo, uma preocupação prioritária e, neste contexto, está em desenvolvimento um projecto de ‘Gestão da Estratégia da Região’ no âmbito do qual se pretende fazer a sua monitorização. Este projecto, organizado em torno de três domínios principais, Território, Pessoas e Organizações, faz a monitorização a dois níveis: por um lado, ao nível da estratégia definida, isto é, procurar validar a sua pertinência ao longo do período em causa, por acompanhamento da evolução da região; por outro lado, avalia a eficácia dos instrumentos no desenvolvimento da estratégia, isto é, procura avaliar *on going* de que forma o Programa Operacional Regional, o Lisaction, os programas operacionais sectoriais (e os programas desenhados a partir dos Planos de Acções definidos no Listart e no PERLVT) estão a ser utilizados por forma a atingir os objectivos definidos.

O domínio Organizações inclui um sub-domínio de análise: Inovação, que procura justamente monitorizar a evolução da região e da estratégia definida nesta área; dada a escassez de indicadores regionais disponíveis, este projecto desenvolve-se por recurso a metodologias complementares de acompanhamento (identificação e estudo de casos de sucesso, definição de uma metodologia de sensores, mediante a qual um painel de agentes regionais escolhidos pela sua relevância são regularmente inquiridos).

No domínio inovação são seguidos com particular atenção indicadores e sensores como:

- as despesas de I&D regionais em percentagem do PIB regional comparadas com os de outras regiões nacionais e estrangeiras;
- o intercâmbio internacional de cientistas;
- a participação dos agentes da região em projectos de I&D internacionais;
- o registo do número de patentes na região;

- a formação de consórcios de I&D entre agentes regionais no âmbito dos programas operacionais relevantes;
- a variação no número de empresas certificadas enquanto indicador do recurso das empresas a serviços de apoio tecnológico (de certificação);
- a variação no número de empresas sediadas nos Parques Científicos e Tecnológicos (apenas o TagusPark);

Em complemento são ainda realizados pequenos estudos de caso sobre empresas, que embora sendo bastante inovadoras, são ainda desconhecidas na região, contribuindo assim para a credibilidade das empresas e da região como um todo, sinalizando aos demais agentes o caminho que se pretende percorrer.

O acompanhamento dos projectos, designadamente na sua vertente física, vão, por outro lado, e no que diz respeito aos objectivos específicos que o Lisaction se propôs atingir no quadro da Estratégia Regional definida, permitindo perceber se aqueles objectivos estão a ser atingidos, quais são as principais dificuldades dos agentes, onde é prioritário concentrar esforços no quadro da preparação de futuros programas e instrumentos de apoio à inovação.

2.5 Desenvolvimento das Acções individuais

Tal como foi concebido, e fruto da sua génese, o Programa previa o desenvolvimento de projectos no âmbito de 8 Acções (para além das Medidas de Acompanhamento), muito bem definidas e tipificadas. Não obstante, este era um Programa aberto à recepção de propostas, isto é, não estavam identificadas e constituídas *a priori* as parcerias promotoras dos projectos; a sua execução ficou, pois, dependente da iniciativa dos agentes regionais na apresentação de propostas que fossem ao encontro daquelas Acções (mesmo se a gestão do Programa teve a constante preocupação de manter o contacto com os agentes, seja no âmbito das diversas iniciativas que foram levadas a cabo, seja directamente com cada um). Por esta razão, numa primeira fase do programa, a resposta ficou claramente aquém das expectativas: no final de 2002 as aprovações atingiam apenas 33% do total do Programa e a execução era nula.

O esforço empreendido em 2003, de que veio a resultar o compromisso de 100% do Programa nos prazos previstos, sem prejuízo dos objectivos essenciais e estratégicos definidos, consistiu na identificação de propostas que cumpriam estes objectivos, mesmo quando não se encaixavam exactamente na descrição das Acções. O resultado foi o apoio a projectos na sua maioria abrangentes, isto é, que poderiam ser 'multi-acções' (já que compreendiam dimensões previstas em mais que uma Acção), tendo sido adoptado o procedimento de os aprovar no âmbito da Acção que correspondia à sua vertente principal.

Apresentam-se comparativamente na Tabela 1a quantificação dos objectivos estratégicos do Programa e a dos objectivos dos projectos aprovados.

Tabela 1

Objectivos Estratégicos	Quantificação	Objectivos dos projectos aprovados
Reforçar a ligação entre as actividades regionais de I&D	- 4 <i>Workshops</i> - 3 Programas de visitas (em fileiras chave) - Apoiar as fases iniciais de 2 centros de I&D	- 4 <i>Workshops</i> - 2 visitas técnicas - Apoio ao lançamento e/ou reestruturação de 5 centros de I&D
Aumentar os serviços de informação e de apoio tecnológico às empresas	- <u>Criação de uma associação regional de prestação de serviços;</u> - 3 projectos de criação ou reforço de serviços de inovação e internacionalização	- 1 Rede de Centros de Competência da RLVT - Apoio a 5 projectos de criação e/ou reforço de serviços de Inovação e internacionalização
Fomentar a transferência de tecnologia	- 2 Projectos de reforço dos serviços fornecidos Pólos ou Parques Tecnológicos - Apoiar 30 planos de negócios para a criação de NEBT	- 3 Projectos de reforço dos serviços fornecidos pelos Pólos ou Parques Tecnológicos - Apoio a 43 planos de negócios de criação de NEBT
Sensibilizar para as tecnologias e para sociedade de informação	- 5 Sessões de divulgação da utilização de novas tecnologias de informação em PME - Apoiar 8 programas de sensibilização do Jovens para as novas tecnologias	- Apoio a 12 programas de sensibilização do Jovens para a ciência e novas tecnologias -

A resposta aos desafios colocados pelo programa encontra-se sintetizada na tabela 2 de propostas recebidas e projectos aprovados. Analisando esta resposta e os objectivos específicos presentes nos projectos que vieram a ser acolhidos, podemos aduzir um conjunto de conclusões relativamente ao desenvolvimento das Acções do Lisaction.

Tabela 2

Acção		Candidaturas apresentadas	Projectos aprovados
1	Organização e realização <i>Workshops</i> e Dias Abertos	8	3
2	Centros de I&D em parceria	13	8
3	Serviços regionais de apoio tecnológico	1	1
4	Apoio aos serviços de inovação e internacionalização	9	2
5	Empreendedorismo tecnológico	6	4
6	Apoio a pólos tecnológicos regionais	5	3
7	Promoção da Sociedade de Informação	0	0
8	Sensibilização dos jovens para a tecnologia	8	3
9	Participação em Redes	1	1
10	Assistência Técnica	1	1
Total Lisaction		52	25

Na Acção 1, Organização e realização *Workshops* e Dias Abertos, os projectos seleccionados respondem ao desafio de aproximar os produtores regionais de ciência e tecnologia e o mundo das empresas, não tendo sido admitidas propostas que não apostavam explicitamente nesta ligação, central para o Lisaction.

As iniciativas acolhidas centram a sua actividade na identificação dos problemas tecnológicos das empresas procurando encontrar respostas concretas para a sua resolução e incidem em particular no âmbito das fileiras regionais (destacam-se os sectores da agricultura e das bio-indústrias).

Na sequência do que foi dito na introdução deste ponto, apesar do número de projectos aprovados no âmbito desta Acção ser apenas de 3, o número de *workshops* com estas características apoiados no âmbito deste programa é superior, já que alguns dos projectos apoiados no âmbito de outras Acções incluíam a realização de iniciativas deste género.

A avaliação dos projectos apresentados à Acção 2, de apoio à criação ou reestruturação centros de I&D em parceria, privilegiou os projectos que apostavam na resposta a lacunas em termos da prestação regional de serviços tecnológicos. Esta resposta deveria ter em linha de conta as necessidades das empresas, permitindo que esta procura pautasse a agenda de I&D dos centros. As propostas acolhidas situam-se em áreas estruturantes para a Região, da tecnologia agro-alimentar e controlo de qualidade, Redes e Segurança Informática, *Software* e Logística.

Na Acção 3, o objectivo era apoiar um projecto que definisse e analisasse a viabilidade da constituição de uma entidade regional que respondesse a um dos principais problemas identificados na infra-estrutura regional de apoio à tecnologia e à inovação: a sua fragmentação institucional e a sua ligação pouco efectiva às necessidades das empresas.

O projecto aprovado pretende ser um primeiro passo neste sentido, prevendo duas acções concretas: a realização de um recenseamento do universo dos prestadores e potenciais prestadores de serviços da região; e a integração desta informação num projecto piloto e embrião de uma “rede” regional de centros de competências. Este projecto será desenvolvido pelo Taguspark, um dos Parques Tecnológicos da Região e no projecto piloto participará também o TagusValley - Técnico do Vale do Tejo, em Abrantes, cujo arranque foi também apoiado por este Programa.

O aparente reduzido número de projectos aprovados no âmbito da Acção 4 é o espelho do elevado número aprovado no âmbito da Acção 2. De facto, alguns destes últimos comportam actividades como as previstas na Acção 4; mais uma vez, a opção foi viabilizar projectos mais abrangentes.

Houve, por outro lado, particular preocupação em apoiar projectos nas sub-regiões mais desfavorecidas, Oeste e Vale do Tejo, o que veio a suceder: os projectos apoiados no âmbito desta Acção e os que, tendo sido apoiados no âmbito da Acção 2, incluem apoio à inovação e internacionalização dos sectores onde actuam, localizam-se nestas duas áreas e em fileiras importantes (sectores hortofrutícola, agro-alimentar, metalomecânica,...).

A Acção 5, de apoio ao empreendedorismo na Região, previa que os projectos incidissem sobre ‘novas empresas de base tecnológica’ e que a metodologia utilizada recorresse à figura da tutoria, como forma de maximizar o sucesso dos resultados.

Os 4 projectos aprovados respondem a estas exigências, propondo-se apoiar a elaboração de 43 planos de negócios, os quais se espera que resultem na criação de novas empresas de base tecnológica.

O objectivo da Acção 6 consistia em apoiar, em especial fora da Grande Lisboa, iniciativas de pólos tecnológicos e parques de ciência e tecnologia que visassem melhorar a interacção junto das empresas utentes e os estabelecimentos de ensino superior e tecnológico da região.

Dada a natureza desta Acção e as características da Região (não havia nenhum Parque tecnológico fora da Área Metropolitana), não seria de esperar o apoio a mais que uma grande iniciativa. Foi, pois, apoiado o arranque do funcionamento de um Tecnopolo no Vale do Tejo, previsto no Plano Estratégico da Região, tendo depois sido apoiadas algumas pequenas iniciativas que se enquadravam no espírito desta Acção.

A Acção 7 revelou-se um fracasso: não foram recebidas quaisquer propostas para “apoiar a organização e realização de sessões de divulgação e esclarecimento orientadas para PME em zonas isoladas do ponto de vista geográfico, e/ou mais carenciadas do ponto de vista social e cultural, sobre as diversas temáticas associadas à sociedade de informação”. Estima-se que tal se deva à proliferação de instrumentos disponíveis para o apoio deste tipo de iniciativas e/ou ao seu desenvolvimento por entidades (designadamente associações empresariais) que o fazem correntemente no seu contacto regular com as empresas suas associadas.

As verbas previstas para esta Acção foram canalizadas para a Acção 8, do mesmo Eixo que, pelo contrário, recebeu interessantes e diversificadas propostas para “sensibilização dos jovens para a tecnologia”.

As abordagens privilegiaram a promoção daquele objectivo através de uma forma lúdica; a dotação financeira disponível (mesmo depois de reforçado este Eixo em 10%, no âmbito da reprogramação financeira levada a cabo) não permitiu o apoio a mais que 3 iniciativas.

O número total de propostas apresentadas face às que vieram a ser aprovadas espelha de forma clara o esforço empregue na fase de análise e selecção. Em balanço, foram apresentadas às Acções 1 a 8 do Lisaction 52 propostas de candidatura e aprovados 25 projectos. Além destes, as Acções 9, de Participação em redes e 10, de Assistência Técnica, têm cada uma 1 projecto aprovado, da responsabilidade da CCDR.

A correspondência realizada entre as Acções do Lisaction e as Categorias por tema estratégico, resultou na Tabela 3:

Tabela 3

Acção		Categoria
1	Organização e realização <i>Workshops</i> e Dias Abertos	A 181
2	Centros de I&D em parceria	A 183
3	Serviços regionais de apoio tecnológico	A 180
4	Apoio aos serviços de inovação e internacionalização	A 163
5	Empreendedorismo tecnológico	A 164
6	Apoio a pólos tecnológicos regionais	A 180
7	Promoção da Sociedade de Informação	A 324
8	Sensibilização dos jovens para a tecnologia	A 323
9	Participação em Redes	A 410
10	Assistência Técnica	A 410

2.6 Implementação Financeira

O Comité de Direcção, além de regulamentar o seu funcionamento interno e estabelecer as condições específicas de acesso às acções e a grelha (qualitativa e quantitativa) de avaliação das candidaturas recebidas, aprovou os formulários de candidatura e de pedido de pagamento e estabeleceu as normas e circuitos documentais e decisoriais do Programa.

Em relação às candidaturas recebidas, o circuito baseia-se no seu envio aos membros do Comité de Direcção, previamente às reuniões agendadas, juntamente com o respectivo parecer da Estrutura de Apoio Técnico (EAT), recorrendo à grelha de avaliação de candidaturas. Em termos documentais esta candidatura e a correspondência trocada com o seu promotor são juntas no processo individual do projecto.

Tendo em vista um controlo eficaz da execução do LISACTION, e de acordo com os Regulamentos Comunitários, a CCDR-LVT, enquanto Organismo de Gestão, é responsável pela regularidade das operações financiadas e pela aplicação do sistema de controlo interno compatível com a boa gestão financeira de programas que beneficiam de apoio do FEDER.

Em cada pedido de pagamento os responsáveis pelos projectos aprovados apresentam ao Organismo de Gestão do Lisaction, um processo que inclui: um formulário do qual consta a identificação do projecto e uma lista dos documentos de despesa para apreciação, acompanhado dos originais dos documentos contabilísticos justificativos da despesa realizada e paga objecto do pedido.

Quando este processo de pedido de pagamento é recebido, é analisado pela EAT, e sujeito à verificação de conformidade e elegibilidade das despesas face ao projecto aprovado, recorrendo-se à base de dados desenvolvida para o efeito, propondo-se então, se este estiver conforme, ao Gestor do Lisaction e Presidente da CCDR, autorização para o seu pagamento. Após apreciação, este dossier de originais (em cada um dos quais foi aposto o respectivo carimbo de cofinanciamento pelo Lisaction) é devolvido ao

promotor que recebe ainda informação sobre qual a despesa considerada elegível ao projecto e a que não foi considerada com a respectiva justificação.

O correspondente fluxo financeiro seguirá o seguinte circuito: da contribuição comunitária, entretanto creditada pela Comissão Europeia em conta bancária específica, são efectuados os pagamentos aos promotores dos projectos, por ordem do Gestor.

No sentido de apoiar a EAT nestas tarefas, foi desenvolvido o Sistema de informação de apoio à gestão e acompanhamento físico e financeiro da execução dos projectos Lisaction, contendo a informação detalhada sobre candidaturas, projectos, parceiros e respectiva caracterização e contactos, contas correntes da execução física e financeira, fornecedores, indicadores de realização e calendários. Em paralelo foram ainda implementados mecanismos de alimentação através de formulários de submissão electrónica (de candidatura e pedido de pagamento), mecanismos estes que se constituem enquanto instrumento fundamental no tratamento de informação detalhada.

Este sistema permite a detecção automática da duplicação de referências, emitindo um alerta sujeito a verificação documental. A utilização de um motor de buscas interno permite tirar partido da qualidade e quantidade de informação contida no sistema para necessidades concretas que se colocam quotidianamente à EAT.

2.7. Acompanhamento e Avaliação

No sentido de garantir o efectivo acompanhamento da implementação do Lisaction a sua Comissão de Acompanhamento¹ reuniu pela primeira vez em Fevereiro de 2003, tendo debatido a realização do programa através do Relatório de Execução de 2002 contendo os projectos entretanto aprovados e seus objectivos, tendo apontado para um conjunto de metas e de tarefas necessárias ao sucesso do Programa, que se encontrava então com uma taxa de compromisso de cerca de 33% e com uma realização nula. No entanto o maior contributo deste fórum foi reafirmar a necessidade de conseguir a adesão dos agentes regionais às várias apostas expressas no Lisaction.

No final de 2003 a Comissão de Acompanhamento foi novamente chamada a pronunciar-se relativamente à proposta de reprogramação financeira apresentada pelo Presidente da CCDR e fruto da necessidade de proceder a pequenos ajustamentos que permitiram acolher os projectos recebidos e apreciados positivamente pelo Comité de Direcção.

Esta proposta significou a absorção da totalidade das verbas do programa e representava a manutenção da aposta nos 2 temas estratégicos identificados pela Região de Lisboa e Vale do Tejo. Por seu lado a execução cifra-se em 20% do programa, correspondendo

¹ Que integra os membros do Comité de Direcção, a Comissão Europeia, o interlocutor nacional do FEDER, as Associações de Municípios e Junta Metropolitana, o Gabinete para o Desenvolvimento do Sistema Logístico Nacional e os Centros de Incubação e Inovação de empresas, e ainda um conjunto de entidades que participaram na elaboração do Programa: IAPMEI (Inst. Apoio às PME e Investimento), ANETIE (Tecnologias de informação e electrónica), ACECIA e AUTOSIL (componentes para automóvel), Hovione (química), Laboratórios Java, Farmacêutica, Amorim Industrial Solutions (cortiça) e Transportes Luís Simões (transportes e logística)

maioritariamente aos últimos meses do ano, altura em que se verificou uma descolagem da execução financeira dos projectos.

Em paralelo com este trabalho de apreciação de candidaturas, foram reforçados os mecanismos de acompanhamento dos projectos em curso, tendo-se realizado um conjunto de visitas e solicitado informações que permitem ir conhecendo a efectiva realização dos projectos, muito além da sua vertente financeira. Este mecanismo é aliás identificado pela gestão do Lisaction como fundamental para garantir a correcta implementação da estratégia apoiando, quando necessário, os promotores a encontrar parceiros e caminhos que resolvam os problemas detectados no curso da realização dos projectos.

Ainda em 2003 foi iniciado o processo de avaliação de projectos, tendo o seu resultado influenciado a decisão tomada no caso específico de uma segunda proposta de candidatura apresentada por um dos promotores.

2.8 Publicidade/ Divulgação

As tarefas de promoção e divulgação iniciais do Programa, tiveram como grupos-alvo, os potenciais beneficiários, apontando-se as 2 sessões de informação: a apresentação pública de 7 de Março no LNEC e a sessão de divulgação de 27 de Março na Lispólis.

Além da concepção do logotipo de identificação do Programa, a nível documental foram produzidos, para distribuição junto dos potenciais promotores, uma edição do programa, uma brochura de divulgação geral e um folheto.

Na *Newsletter* da Região assinala-se a inserção de 4 notícias sobre o PRAI: a primeira, em Abril de 2002, anunciando o lançamento do Lisaction; a segunda, em Agosto de 2002, sobre os desafios e oportunidades que disponibiliza aos agentes regionais; a terceira, em Agosto de 2003, dando conta dos primeiros resultados e projectos aprovados; e a quarta, já em Fevereiro de 2004, reportando o seu progresso à data.

Por seu lado e além da prestação de informação directa a potenciais interessados, o programa integrou outras iniciativas e exposições realizadas regionalmente, dos quais se destaca o XX Congresso Mundial da IASP-Associação Mundial de Parques de Ciência e Tecnologia, realizado em Lisboa, de 1 a 4 de Junho de 2003.

No site da CCDR encontra-se um domínio consignado ao Programa², onde se podem encontrar os seguintes temas: Objectivos, Acções, Projectos aprovados, Comité de Direcção (incluindo as actas das reuniões) e documentos do programa, como são a Decisão, o Relatório de Execução de 2002 e o acesso directo ao *e-mail* para a EAT do programa.

É igualmente através desta página que se acedem ao formulário de candidatura e de Pedido de Pagamento depois submetidos electronicamente para alimentação da Base de dados da gestão, concebida de forma a importar automaticamente os dados dos formulários. Sublinhe-se que, na CCDR-LVT, esta é uma experiência piloto.

² <http://www.ccr-lvt.pt/content/index.php?action=detailFo&id=31>

Em 27 e 28 de Fevereiro de 2003 realizaram-se dois fóruns de debate centrados nas especificidades sub-regionais do Oeste e Vale do Tejo (discriminadas positivamente pelo Programa), que contribuíram para a discussão dos temas estratégicos para o desenvolvimento tecnológico e inovação; como resultado imediato, pode identificar-se o projecto “Terra do Móvel – Centro de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico do *cluster* do móvel em Ourém”, apresentado ao Lisaction, uma parceria entre a Câmara Municipal de Ourém e a Associação Empresarial da região, com o objectivo de apoiar um conjunto de cerca de 30 empresas locais na melhoria e internacionalização dos seus produtos.

Por seu lado as medidas de publicidade do apoio do FEDER através do Lisaction, de acordo com as normas estabelecidas nos Regulamentos Comunitários, para as intervenções FEDER, está presente nos documentos de divulgação dos vários projectos aprovados, constando dos seus folhetos, pósteres, apresentações, sites, etc.

2.9 Plano Financeiro

No final do período definido para o compromisso da dotação do Programa, foi identificada a necessidade de realizar pequenos ajustamentos financeiros, por forma a acolher os projectos submetidos e avaliados positivamente pelo Comité do Programa, nas Acções adequadas. Em função das regras adoptadas pela Comissão Europeia, tais ajustamentos foram realizados no quadro de uma ‘modificação menor’, aprovada pela Comissão de Acompanhamento (através de uma consulta escrita) que veio a ser formalmente comunicada à Comissão Europeia em 16 de Janeiro de 2004.

Desta forma o Programa foi comprometido na totalidade em Dezembro de 2003, como previsto (Programação Financeira em Anexo I).

A realização dos projectos aprovados cifra-se em cerca de 20%, apresentando-se no Anexo II o quadro da realização, por acção, da despesa certificada.

Assim, e apesar de ser ainda prematuro avaliar os resultados do Programa Regional de Acções Inovadoras da Região de Lisboa e Vale do Tejo, é possível afirmar que se mantêm no essencial inalteradas as apostas estratégicas e os objectivos constantes da candidatura apresentada à Comissão Europeia.

3. Identificação e disseminação de boas práticas

No âmbito das iniciativas cujo âmbito territorial pode ultrapassar as fronteiras da Região de Lisboa e Vale do Tejo, e para além da apresentação do Lisaction em fóruns e encontros de divulgação dos próprios projectos aprovados (muitos dos quais integram a realização de um encontro final de divulgação dos resultados) que promovem o seu enquadramento das iniciativas na Estratégia de Inovação Regional, destacam-se vários tipos de eventos:

- Em Outubro de 2002 foi organizada a visita de uma delegação regional à Província de Milão (no âmbito de um Protocolo de cooperação bilateral), que incluiu visitas às principais organizações e entidades locais de ciência e tecnologia, e a empresas, tendo havido a preocupação em constituir esta delegação com agentes potenciais promotores de projectos ao Lisaction.
- Destaca-se ainda a participação do responsável pelo projecto “TagusValley” no Grupo Temático sobre “Desenvolvimento de incubadoras no seio de instituições de investigação. apoio às novas empresas de base tecnológica”, realizado a 24 e 25 de Janeiro 2003, em Viena, organizado no âmbito de um projecto da rede METROPOLIS (de regiões que abrangem áreas metropolitanas e promove troca de experiências sobre inovação nas suas diversas vertentes), Innopolitan, do qual a CCDR era parceira.
- Com o objectivo de dar a conhecer e debater as estratégias das regiões portuguesas de apoio à inovação preconizadas pelos sete Programas Regionais de Acções Inovadoras (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Madeira e Açores), realizou-se no Porto, a 27 e 28 de Maio de 2003, o Seminário “Inovação e Competitividade Regional”, onde foi apresentado o programa, numa óptica de lhe sublinhar as suas especificidades, bem como um dos projectos em execução, considerado especialmente interessante.
- Em 2003 a CCDR acolheu as seguintes delegações dos Novos Países do Alargamento: República Checa e Região da Grande Planície do Norte (Húngria) e ainda da Cidade de São Paulo (Brasil), nas quais o Lisaction fez parte do programa de apresentações, por constituir um dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento regional na sua vertente de Inovação e tecnologia.
- No âmbito da Acção 9, o projecto de apoio à participação em redes, que visa a constituição de missões regionais em Redes e respectivos encontros, promovendo a criação de ligações e/ou o estreitar de relações entre estas entidades e as suas homólogas de outras regiões europeias, incluindo os Novos Países Candidatos da União Europeia, ou mesmo com regiões não europeias com as quais seja favorável para a região fomentar este tipo de relacionamento, e que terá maior expressão durante o ano de 2004.

Anexo I: Programação Financeira por Acção

Anexo II: Realização Financeira por Acção a 31 de Dezembro de 2003

PROGRAMA REGIONAL DE ACÇÕES INOVADORAS - REGIÃO de LISBOA e VALE do TEJO [1 de Janeiro de 2002-31 de Dezembro de 2003]

Programação em €

Temas estratégicos	Total (incluindo participação privada)	Despesa pública								Despesa privada				
		Contribuição pública total	Participação comunitária				Financiamento público nacional incluindo participação regional/local				Financiamento privado nacional			
			Total FEDER	Obj. nº 1	Obj. nº 2	Extra-Obj.	Total	Obj. nº 1	Obj. nº 2	Extra-Obj.	Total	Obj. nº 1	Obj. nº 2	Extra-Obj.
			1=2+11	3=4+5+6	4	5	6	7=8+9+10	8	9	10	11	12	13
1) Economia regional baseada no conhecimento e na inovação tecnológica	4 259 501	3 169 516	2 552 202	2 552 202	0	0	617 314	617 314	0	0	1 089 985	1 089 985		
Acção 1 Organização e realização de workshops e dias abertos	299 417	203 980	181 390	181 390			22 590	22 590			95 438	95 438		
Acção 2 Centros de I&D em parceria	2 107 962	1 632 417	1 247 917	1 247 917			384 500	384 500			475 545	475 545		
Acção 3 Serviços regionais de apoio tecnológico	171 000	125 172	102 258	102 258			22 914	22 914			45 828	45 828		
Acção 4 Apoio aos serviços regionais de Inovação e Internacionalização	235 545	161 767	142 451	142 451			19 316	19 316			73 778	73 778		
Acção 5 Empreendedorismo tecnológico	894 647	664 608	542 119	542 119			122 489	122 489			230 040	230 040		
Acção 6 Apoio a pólos tecnológicos regionais	550 930	381 573	336 067	336 067			45 506	45 506			169 357	169 357		
2) e-EuropeRegio : a sociedade da informação ao serviço do desenvolvimento regional	396 000	396 000	247 798	247 798	0	0	148 202	148 202	0	0	0	0		
Acção 7 Promoção da Sociedade de Informação	0	0	0	0			0	0						
Acção 8 Sensibilização dos jovens para a tecnologia	396 000	396 000	247 798	247 798			148 202	148 202						
3) Identidade regional e desenvolvimento sustentável														
4) Medidas de acompanhamento	90 250	81 225	69 000	69 000	0	0	12 225	12 225	0	0	9 025	9 025		
Acção 9 Participação em redes	90 250	81 225	69 000	69 000			12 225	12 225			9 025	9 025		
5) Assistência técnica	129 250	129 250	94 000	94 000	0	0	35 250	35 250	0	0	0	0		
Acção 10 Assistência Técnica	129 250	129 250	94 000	94 000			35 250	35 250						
TOTAL	4 875 000	3 775 991	2 963 000	2 963 000	0	0	812 991	812 991	0	0	1 099 010	1 099 010		

A contribuição financeira do FEDER será calculada em relação ao custo elegível total (incluindo participação privada) ou à despesa pública, ou similar, elegível total (riscar o que não interessa). Sempre que a despesa pública constitua a base de cálculo da contribuição do FEDER, a despesa privada, caso exista, apenas tem que ser apresentada em valores indicativos.

